

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.041 - SP (2020/0014407-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : FABRICIO DA SILVA LAPUCHINSKI**  
**OUTRO NOME : FABRICIO DA SILVA**  
**ADVOGADO : WATSON ROBERTO FERREIRA - SP089287**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pela UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO	MILITAR	TEMPORÁRIO
LICENCIAMENTO	INDEVIDO	DOENÇA GRAVE
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DANOS MORAIS IN RE IPSA	VALOR DA INDENIZAÇÃO SUCUMBÊNCIA

Alega violação dos arts. 20, § 4º, e 21 do CPC/73, no que concerne à necessidade de reforma do acórdão quanto à distribuição dos ônus sucumbenciais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Por conta do resultado de provimento recursal na Apelação (r Instância), com o reconhecimento de que a pretensão da parte contrária seria procedente - ao menos em parte-, a União foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

A Egrégia 5ª Turma do Eg. TRF 3ª Região desconsiderou, no entanto, o aspecto de que a parte contrária (Autor/Apelante) também foi sucumbente na presente demanda; porquanto não obteve tudo o que pretendia:

em relação ao pedido de nulidade do ato que o licenciou do serviço militar, e conseqüentemente, pleito de que o reintegrassem ao Exército Brasileiro, o Autor pretendeu obter prestação jurisdicional acerca do mesmo objeto em relação ao qual havia ajuizado ação anterior perante o Juizado Especial Federal (processo nº 0011383-07.2010.403.6110), agindo de modo temerário e omitindo informação relevante acerca dos fatos, condutas estas definidas como litigância de má-fé pelo art. 80, inc. II e V, do CPC de 1973.

Tal pedido de reintegração, portanto, foi julgado extinto, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI, do CPC/73 (coisa julgada nos autos do processo nº 0011383-07.2010.403.6110) pelo MM. Juízo de primeira instância, após a União ter apresentado contestação e

# *Superior Tribunal de Justiça*

requerido tal providência ao MM. Juízo Originário da causa.

Desta forma, o Autor provocou o Judiciário sem que tivesse direito a postular parcela da prestação jurisdicional pretendida (aquela acerca do mesmo objeto anteriormente já demandado). (fls. 240).

É o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente